

ISSN 0104-1886

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
CADERNOS DO I.L.
Nº 18

DEZEMBRO DE 1997

O Papel do profissional de Letras: compromisso com a realidade

Rita Terezinha Schmidt*

Dos sofistas do V século A.D. (sofista é um termo derivado da palavra grega *sophistés*, que significa sábio) nos vem a primeira lição sobre a experiência de ensino, sobre o papel do intelectual e sobre como uma inteligência procura atrair outras para o plano do conhecimento através de uma revolução pedagógica que abriu uma brecha nas muralhas tradicionais da *polis*, desencadeando uma verdadeira democratização da cultura. Rompendo com o antigo costume de ensinar em escolas do tipo monástico para uma comunidade seleta e reduzida e, portanto, aristocrática, os sofistas, entre eles Protágoras de Abdera e Górgias de Leontini, se infiltraram no meio do povo, nas praças, ruas e mercados, procurando seduzir, através da força persuasiva do discurso, todos aqueles que se dispunham a fugir da condição da ignorância. Eram tempos de transformações na vida ateniense. As vitórias sucessivas sobre os persas (Maratona em 490, Platéia em 480 e Salamina em 479), a consolidação da democracia de Péricles que cortou com as origens aristocráticas do estado, a prosperidade do comércio e o florescimento das artes (a tragédia grega provém dessa época), impunham novas questões no horizonte do saber e foi nesse solo fértil que os sofistas plantaram suas sementes.

Seu ponto de partida foi um combate sem tréguas à tradição do pensamento abstrato, puramente teórico, desvinculado do contexto prático da vida cotidiana. Colocaram no centro de suas preocupações, não o cosmos no sentido universal mas o cosmos humano, no sentido antropológico e moral. Foram agentes de transformação como iniciadores de uma prática nova e dinâmica de difundir o saber entre os homens comuns, ampliando assim o seu raio de ação na luta contra a estagnação, o formalismo, o autoritarismo, e a elitização da cultura. Protágoras proclamou a relatividade do conceito de verdade e do conceito da moral a partir das circunstâncias em que o indivíduo está inserido (talvez uma versão arcaica da posicionalidade do sujeito) e derivou, como corolário, a doutrina da igualdade de direitos, incluindo nela as mulheres e os escravos. Górgias, por sua vez, chamou a atenção para as dificuldades de se provar a correspondência entre as idéias e os objetos aos quais se referem (a arbitrariedade dos signo saussureano), uma vez que a palavra é meramente uma expressão lingüística que não se confunde com o objeto.

Os sofistas foram, efetivamente, professores errantes que exigiam remuneração pelos serviços prestados. Por sua atuação, foram considerados a intelectualidade maldita - o termo ganhou posteriormente uma conotação pejorativa

* Professora do Depto. de Línguas Modernas do Instituto de Letras da UFRGS.

- chegando a serem detratados por Sócrates e Platão. Cabe-lhes, contudo, o mérito de terem inaugurado, na Grécia e no mundo ocidental, a profissão de professor como um pensador da cultura e da língua. Para nós das letras, interessa saber quem foram os primeiros a desenvolver a consciência sobre a importância do discurso (foram ele os criadores da retórica), particularmente nas condições das trocas subjetivas, uma vez que valorizavam o diálogo como condição para estabelecer consenso numa determinada comunidade interpretativa. Por fim cabe acrescentar que, para eles, a questão ética da relação do indivíduo com os demais no desempenho de funções sociais e políticas visando o bem coletivo, passava necessariamente pelo aprendizado de usar a palavra de maneira eficaz. E usar bem a palavra significava mobilizar sua força de ação na realidade.

Se inicio com esse quadro de referências históricas que evocam o lugar de origem do que veio a ser chamado de "cultura ocidental é porque identifico nele o modelo fundacional de um *saber fazer* que, no meu ponto de vista, considero vital para se pensar o nosso papel. Digo do meu ponto de vista porque só posso falar a partir de práticas acadêmicas onde me inscrevo, através de uma intersecção de estratégias - pessoal, política, teórica, pedagógica, textual, - a serviço de um fazer que não se quer apenas como medida de competência, mas como processo de intervenção nas práticas discursivas culturais e políticas que constituem a nossa realidade. É portanto, dessa posição marcada de não neutralidade face a um contexto de miséria crescente, analfabetismo e escolarização precária, subcondições de moradia e saúde, violência e injustiça, e mais, de pauperização da universidade pública e gratuita e mercantilização do saber, que vou alinhar minhas reflexões. O tema já se torna repetitivo, talvez esteja já desgastado entre nós, mas gostaria assim mesmo de dar uma contribuição fazendo incidir sobre ele, uma leitura pessoal e uma interpretação possível.

Quero deixar claro que não vou abordar os problemas referentes à formação, qualificação e inserção do profissional de Letras no mercado de trabalho, muito embora reconheça a pertinência dessas questões. Quero me deter aqui num outro recorte, mas amplo, mais complexo e mais controverso que é o dimensionalismo do profissional de Letras como um intelectual. Não aquele intelectual tradicionalmente tido como boêmio, diletante, profeta ou visionário, mas aquele que, por vocação e por paixão, concebe a sua atuação não somente em termos de um campo educacional acadêmico de produção teórico-discursiva mas em termos de um campo de consciências e práticas e que, portanto, se envolve diretamente com valores, modos de pensar e sentir que dizem respeito ao viver em sociedade. E para falar desse intelectual-educador, me reporto aos sofistas¹ pois na raiz de seu *saber fazer* é possível divisar questões que, traduzidas para o contexto

¹ Sobre os sofistas, ver *History of Philosophy* de W. S. Sahakian, Nova York, Barnes e Nobles, 1968; *Os filósofos* de H. Pires, São Paulo, Cultrix, 1960; *Literatura grega* de Donald Schuler, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

atual, se constituem em quatro eixos dialeticamente integrados: a inserção na realidade, o exercício do pensamento crítico, a importância da alteridade e a concepção do conhecimento emancipatório.

Em primeiro lugar, o intelectual-educador é aquele que tem consciência de seu pertencimento a uma realidade concreta, conseqüentemente, sua função resulta do exercício de um compromisso com o contexto histórico-social que o envolve. Isso significa dizer que ele é um agente social com lucidez, humildade e discernimento capaz de reconhecer as assimetrias e os desequilíbrios na cena das contradições que caracterizam a atualidade e de avaliar os recursos de que dispõe para contribuir, com o seu trabalho, para a melhoria sistêmica da vida coletiva. Paulo Freire, um dos maiores pensadores brasileiros, num de seus artigos publicado em 1962,² fala que o autêntico educador é aquele fiel a seu tempo e a seu espaço. Fidelidade, no meu entender, envolve um comprometimento no sentido de aproximar, estabelecer conexões, definir relações entre os conteúdos de um determinado saber e a vivência do histórico real. É por esse viés que damos sentido ao nosso ensino e as nossas pesquisas. E esse comprometimento é reafirmado cada vez que, movidos pela investigação racional e julgamento moral, perguntamos a nós mesmos - o que sabemos? Como sabemos? Com que finalidade? Ou, se preferirmos, podemos articular essas perguntas em termos da questão da representação (falo da perspectiva da literatura), uma vez que todo conhecimento se dá por um processo de textualização de conteúdos simbólicos das formas culturais - quem representa o quê para quem? por quais razões? para alcançar que efeitos? a que interesses servem? que conhecimento determinadas representações produzem? o que é silenciado em determinadas representações?

Desnecessário e talvez redundante dizer que, neste final de milênio, a realidade em que vivemos é extremamente complexa, insana e dramática e da qual todos, de uma forma ou outra, somos reféns. Às tragédias mundiais, entre as quais o genocídio na Bósnia e o terrorismo internacional, juntam-se, no caso brasileiro, os grandes problemas do subdesenvolvimento - miséria, violência e marginalidade - que se desdobram em questões específicas e sem solução: o crescimento das favelas nos centros urbanos, a situação de milhares de famílias errantes em busca da terra, a precariedade das comunidades indígenas, os altos índices de mortalidade infantil, a história não contada dos desaparecidos e, não poderia deixar de mencionar, a situação das mulheres que recebem, em média, salários 76% mais baixos que os dos homens no exercício das mesmas atividades. Ignorar esse quadro como se dele não fizessemos parte é refugiar-se no conforto da objetividade distanciada, apolítica e vazia do puro profissionalismo, é se colocar a salvo da realidade vista como sendo "a dos outros". Idealmente, o intelectual não é como o avestruz que esconde a sua cabeça ao mero sinal de perigo. Pelo contrário,

² Este artigo a que me refiro, intitulado "O professor universitário como educador", foi reproduzido na Revista *Adverso* da Associação dos Docentes da UFRGS - Ano V, nº 6, dezembro 1964.

sabendo-se vulnerável, mas sem recair no narcisismo, enfrenta desafios, assume riscos na busca da compreensão mais profunda das desigualdades e das "diferenças", não se atrelando às habituais platitudes que permeiam a academia e outros espaços, mas procurando integrar o seu pensar/fazer à visualização de um todo social maior.

Não se pode subestimar o potencial subversivo do conhecimento - às vezes, uma determinada reflexão, uma determinada descoberta, seja em sala de aula ou na elaboração de um artigo, pode desencadear mudanças nos modos de se olhar a realidade, pode abrir brechas naquilo que é fixo, dado, nas fórmulas preestabelecidas, nas idéias canônicas numa tradição considerada intocável. E a mudança no olhar é o primeiro passo na busca de novos parâmetros de pensamento, ação e transformação. A realidade que delinee acima é paralisante, nos deixa com uma sensação de impotência. Mas não é a letargia e a complacência que a tornará mais amena e menos dolorosa. É pelo exercício do pensamento crítico que podemos realizar o corte diferencial em relação ao que aí está, pois permite o resgate das nossas energias de rebeldia e resistência não só à violência do mundo empírico mas à violência simbólica dos códigos linguísticos, teóricos e ideológicos que o constituem e que induzem ao obscurecimento da nossa capacidade de distinguir o autêntico do inautêntico, o valor do desvalor, a verdade daquilo que é o seu arremedo. Mas só podemos pensar a partir do que somos, do que fazemos, do lugar onde nos constituímos. O ato de conhecer-se a si mesmo - primeiro ato de elaboração de uma consciência crítica, na visão de Gramsci - está na base do nexa entre consciência individual e ser histórico e esse nexa é que abre caminhos para o pensamento crítico conseqüente que se dispõe, não só a rever os pressupostos dos paradigmas que adotamos, mas também a avaliar continuamente a adequação de nossas maneiras de ensinar de modo a capacitar outras consciências a projetar nas condições materiais de vida, o desejo de criar novas realidades, novas narrativas, novos destinos históricos. O intelectual-educador não deixa de ser um aliciador de consciências carentes de sonhos, pois faz das suas práticas um laboratório onde se experimentam as possibilidades de articular o ensino e a pesquisa com a questão da cidadania, com a democratização das instituições, com a reconfiguração dos sistemas de valor da cultura, enfim, com uma sociedade onde o saber que é poder esteja efetivamente a serviço da emancipação humana e não submetido aos mecanismos de dominação/exclusão que sustentam o pensamento ideológico dominante.

Falar em dominação/exclusão é atentar para a importância que o conceito da alteridade tem assumido no pensamento contemporâneo com a emergência do pós-estruturalismo e dos discursos da desconstrução, do feminismo e do novo historicismo. Esses discursos colocaram sob suspeita os referenciais, os paradigmas tradicionais do saber que funda a cultura ocidental, sob a alegação de que esses paradigmas perderam sua credibilidade, pois se articularam a partir de uma ótica etnocêntrica e monológica cujos pressupostos de verdade, valor e sentido

engendraram a concepção de um sujeito neutro e universal. O que o pensamento pós-estruturalista colocou à mostra foi o subtexto de dominação que geriu a constituição do saber e a própria configuração da cultura, pois esses processos se deram num contexto violento de repressão das diferenças, de exclusão das vozes ex-cêntricas (fora do centro), de subjugação das culturas não européias, de desvalorização do outro, de sua identidade, sua história e sua cultura. Tudo em nome de uma verdade objetiva que hoje se traduz por racismo, imperialismo, patriarquia. O conceito da alteridade, originário do contexto do mecanismo intersubjetivo e da construção do sujeito elaborado por Lacan, representa hoje uma das categorias-chaves para se pensar a diferença, pois desreferencializa a noção de centro monolítico - um sujeito, uma cultura - para articular a dialética do eu e do outro a partir de uma consciência histórica de sua irredutível realidade. O mundo hoje vive a emergência de novas categorias sociais e políticas - o colonizado, a mulher, o negro, o homossexual, as minorias étnicas que deslocam as fronteiras das nações - e essas categorias passam a construir uma nova retórica psicológica e social de identidades coletivas, desencadeando um verdadeiro trabalho arqueológico de resgate das histórias não contadas, das representações silenciadas ou distorcidas pela história oficial. Por exemplo, falava-se muito, na América Latina, na questão da dependência cultural, dos modelos estrangeiros como inadequados para se pensar nas especificidades de nossos processos histórico-culturais. Pensar sobre nós mesmos a partir de nós mesmos como centro de referência significa, em última análise, deslocar a dicotomia centro-margem, romper com o monopólio do centro como repositório da nossa verdade. A compreensão dos processos de constituição das identidades coletivas e pluriculturais resulta numa percepção radical da lógica das políticas que regem as relações de poder e dominação. Pelo prisma da alteridade e das questões que ela mobiliza, o intelectual-educador não só desenvolverá uma sensibilidade às diferenças do material humano com que trabalha - os alunos - mas terá condições de questionar os critérios de valor, de produção, circulação, transmissão e recepção da cultura e do conhecimento.

Diz Edward Said,³ um dos grandes pensadores e críticos literário da atualidade, que uma das tarefas do intelectual é se esforçar para romper com os estereótipos e categorias reducionistas que limitam o pensamento humano e a comunicação. Com essa colocação, chego à questão do conhecimento emancipatório. O interesse é constitutivo do conhecimento. Isso porque os interesses dos que produzem conhecimento - os indivíduos, as comunidades científicas, os pensadores da cultura - determinam a forma do conhecimento. Poderíamos então dizer que não há conhecimento desinteressado. Também poderíamos dizer que há duas formas de conhecimento - o colonizador, que está imbricado numa elitização da cultura e que concorreu, segundo o sociólogo

³ In: *Representations of the intellectual*, Londres, Vintage Books, 1994.

Boaventura Sousa Santos (que proferiu aula inaugural na UFRGS, em março deste ano), para o epistemicídio da modernidade, definido por ele, como a supressão de todos os conhecimentos não considerados legítimos do ponto de vista da cultura oficial e, portanto, descartados por ela. E há o conhecimento emancipatório, que resgata o princípio ético da justiça, liberdade e dignidade dos seres humanos em sociedade a partir de um quadro em que as diferenças não sejam exclusionárias, opositivas, inscritas em sistemas hierárquicos, construídos como forma de assegurar privilégios sociais e culturais

Quer queiramos ou não, somos intelectuais das Letras com uma função que está relacionada com a produção e distribuição de conhecimento. Este é o nosso regime de verdade. A nossa responsabilidade está em dizer o que funciona como verdadeiro ou o que queremos que funcione como verdadeiro⁴. Na falência dos universais e na vigência das interpretações que exilou a questão relativa ao valor do horizonte da teoria, é possível, todavia, estabelecer princípios éticos e valores humanos a partir dos quais reconhecemos o preconceito, a violência, a injustiça, o desrespeito, o que agride e o que fere a integridade de um indivíduo, de uma comunidade, de um povo. A perspectiva do conhecimento emancipatório é o imperativo das nossas práticas, pois resgata, no presente da nossa desesperança, o impulso utópico que nos leva a querer e a poder contribuir para um ensino melhor, uma sociedade melhor e uma vida melhor.

Como disse no início do texto, minha exposição é uma interpretação pessoal do tema proposto. Sinto-me honrada de ter ocupado esse espaço na II Semana de Letras no ano dos nossos 25 anos, e de ter compartilhado reflexões que nasceram da minha vivência acadêmica e do meu trabalho, as quais sintetizam questões em que acredito e que dão sentido ao papel do profissional de Letras.

⁴ Nesse contexto estou me apropriando de alguns termos usados por Foucault ao discutir a questão da verdade em *Microfísica do Poder*, 12.

Da Didática Infernal - breves palavras a respeito do caráter do Diabo na obra de Alvares de Azevedo

Roger Monteiro*

“Mas o mundo é do Diabo, assim como o céu é dos tolos”

A relação intrínseca entre o Diabo e o Poeta - e, por extensão, a própria Poesia - é defendida por Giovanni Papini em seu *O Diabo*, livro no qual o filósofo italiano traça o itinerário de Satan enquanto figura do imaginário não só ocidental, mas de várias culturas.

“E os poetas, bastante mais sensíveis que os teólogos não ficaram enredados nas artimanhas de Satan e cuidaram em manter a sua terrível figura aos olhos de muitos.”¹

Papini apoia-se em toda uma linhagem de autores que consagraram grande parte de suas obras ao Demônio, trazendo nomes como os de Tasso, Vondel, Calderón de la Barca, John Milton e DeVigne, mas, principalmente, alguns dos mais acentuados expoentes do movimento romântico, como o Goethe do *Sturm und Drung*, Victor Hugo, Leopardi e, como não poderia deixar de ser, Lord Byron.

Sendo assim, se essa relação entre o Diabo e a Poesia realmente existe, ela jamais alcançou uma expressão mais alta do que no Romantismo. E é aqui que reside a questão que deu origem a essas breves considerações: Por que razão os românticos teriam escolhido o Demônio como mecenas? De que maneira ele se faz presente na obra de seus cantores?

Papini encontra explicação para isso no simples fato de que o Romantismo, sendo uma escola fundada por jovens, tinha a pressa e a impaciência inerentes à juventude. Dessa impaciência nascia a necessidade imperiosa de subverter completamente todas as estruturas, quebrando completa e o mais rapidamente possível os grilhões do Neo-Classicismo que limitara a criação artística aos antigos e despóticos modelos de imitação. Assim sendo, a melhor maneira de provocar escândalo, de promover o choque estético dentro de sociedades regradas, construídas dentro dos rígidos preceitos cristãos - fossem elas sociedades luteranistas ou romanas -, acostumadas aos conceitos maniqueístas estagnados de Bem e Mal, era escrever, e publicar, verdadeiras apologias do Demônio, como em *Os Bandoleiros* de Schiller; ou, como fizera Byron, em seu

* Aluno do Curso de Licenciatura em Letras. Bolsista CNPq/PIBIC no Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva.

¹ PAPINI, Giovanni. *O Diabo*. Unibolso, Lisboa, p. 107.